

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NOS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, DE NÍVEL MÉDIO, DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO E DE NÍVEL FUNDAMENTAL
EDITAL N.º 1/2001 – TJPE, DE 27 DE ABRIL DE 2001

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, tendo em vista a autorização concedida pelo Conselho da Magistratura, em sessão do dia 13 de abril de 2000, torna pública a realização de concurso público destinado a selecionar candidatos para provimento de vagas nos cargos de nível superior, de nível médio, de nível intermediário e de nível fundamental, mediante condições estabelecidas neste edital, sendo mantido cadastro reserva.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso será regido por este edital, executado pelo Centro de Seleção e de Promoção de Eventos (CESPE) da Universidade de Brasília (UnB), e realizado em Recife, Arcoverde, Caruaru, Palmares, Petrolina e Serra Talhada.

1.2 A seleção para os cargos de que trata este edital compreenderá o exame de conhecimentos e habilidades, mediante aplicação de provas objetivas e/ou práticas, de acordo com as peculiaridades de cada cargo.

2 DOS CARGOS

2.1 NÍVEL SUPERIOR

CARGO: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharel em Direito.

VAGAS: 86.

ATRIBUIÇÕES: As estabelecidas no Código de Processo Civil Brasileiro e no Código de Organização Judiciária.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.565,18.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 45,00.

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso de bacharel em Direito.

VAGAS: 95.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, artigo 23, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.565,18

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 45,00.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL

REQUISITO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Serviço Social e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 9.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 10.695/91, Anexo único. I – Assessoramento técnico; II – realizar perícias, judiciais ou não, e elaborar pareceres sobre a matéria de serviço social.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.565,18.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 45,00.

CARGO: PSICÓLOGO

REQUISITO: Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso superior em Psicologia e registro no órgão de classe específico.

VAGAS: 10.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 10.695/91, Anexo único. I – Diagnóstico psicológico; II – orientação e seleção profissional; III – orientação psicopedagógica; IV – acompanhamento psicológico para soluções de problemas de ajustamento; V – realizar perícias e emitir pareceres sobre a matéria psicologia.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.565,18.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 45,00.

2.2 NÍVEL MÉDIO**CARGO: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 1.ª ENTRÂNCIA**

REQUISITO: Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau).

VAGAS: 35.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, artigo 23, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 810,49.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 35,00.

CARGO: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 2.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau).

VAGAS: 1.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, artigo 23, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.136,73.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 35,00.

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau).

VAGAS: 40.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, artigo 23, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 810,49.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 35,00.

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau).

VAGAS: 21.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, artigo 23, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.136,73.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 35,00.

CARGO: TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO

REQUISITO: Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau).

VAGAS: 16.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I. I) O apanhado taquigráfico dos julgamentos do Tribunal de Justiça, inclusive relatórios não constantes dos autos, pareceres orais e outros atos para que foram designados; II) o apanhado taquigráfico de discursos em reunião festiva, visitas, ou outros fatos do interesse do Tribunal de Justiça; III) o serviço datilográfico dos apanhados taquigráficos devidamente reduzidos a vernáculo, após as emendas necessárias; IV) a realização de tarefas próprias de sua especialização técnica.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.136,73.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 35,00.

CARGO: ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Certificado de conclusão de curso de ensino médio (antigo 2.º grau).

VAGAS: 55.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 1.136,73.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 35,00.

2.3 NÍVEL INTERMEDIÁRIO**CARGO: ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA**

REQUISITO: Nível médio, ainda que incompleto.

VAGAS: 6.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 577,92.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00.

CARGO: ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Nível médio, ainda que incompleto.

VAGAS: 19.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I.

REMUNERAÇÃO: R\$ 810,49.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00.

CARGO: AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Nível médio, ainda que incompleto.

VAGAS: 10.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I. Auxiliar nos serviços jurisdicionais, de controle e de distribuição de documentos e outras tarefas correlatas.

REMUNERAÇÃO: R\$ 810,49.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00.

CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA 3.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Nível médio, ainda que incompleto.

VAGAS: 3.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I. Instalar, inspecionar e reparar as instalações elétricas, hidráulicas e de som, zelar pela conservação, manutenção e bom funcionamento das instalações nos prédios do Poder Judiciário, operar transmissões e serviços de áudio e gravações e executar outras tarefas correlatas.

REMUNERAÇÃO: R\$ 810,49.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00.

2.4 NÍVEL FUNDAMENTAL**CARGO: AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA**

REQUISITO: Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino fundamental (1.º grau).

VAGAS: 112.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I. Executar serviços referentes à circulação de documentos, receber e distribuir correspondências e expedientes, prestar esclarecimentos ao público, realizar serviços gerais e executar outras tarefas correlatas.

REMUNERAÇÃO: R\$ 412,06.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00.

CARGO: AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA

REQUISITO: Certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino fundamental (1.º grau).

VAGAS: 173.

ATRIBUIÇÕES: Lei n.º 11.195/94, Anexo I. Executar serviços referentes à circulação de documentos, receber e distribuir correspondências e expedientes, prestar esclarecimentos ao público, realizar serviços gerais e executar outras tarefas correlatas.

REMUNERAÇÃO: R\$ 577,92.

VALOR DA TAXA DE INSCRIÇÃO: R\$ 25,00.

3 DAS VAGAS DESTINADAS AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

3.1 Das vagas destinadas a cada categoria funcional, 3% (três por cento) e o mínimo de 1 (uma) serão providas em obediência ao disposto na alínea “a”, do inciso VI, do artigo 97 da Constituição do Estado de Pernambuco.

3.2 Ao candidato portador de deficiência é assegurado o direito de se inscrever nessa condição, desde que declare ser portador de deficiência. Posteriormente, se convocado, deverá submeter-se a exame médico oficial ou credenciado pela Administração do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, que terá decisão terminativa sobre a qualificação do candidato como portador de deficiência ou não e sobre o grau de deficiência capacitante para o exercício do cargo.

3.3 A não-observância do disposto nos subitens anteriores acarretará a perda do direito ao pleito das vagas reservadas aos candidatos em tais condições.

3.4 Os portadores de deficiência participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, observado o disposto no subitem 6.15.

3.5 Os candidatos que no ato de inscrição se declararem portadores de deficiência, se classificados nas provas de conhecimento, além de figurarem na lista geral de classificação, terão seus nomes publicados em relação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.

3.6 As vagas definidas no subitem 3.1 que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no concurso ou no exame médico, serão preenchidas pelos demais concursandos, observada a ordem geral de classificação.

4 DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO

4.1 Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, §1.º, da Constituição da República.

4.2 Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares.

4.3 Possuir o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo e o registro no órgão de classe, quando for o caso, conforme indicado nos subitens 2.1, 2.2, 2.3 e 2.4.

4.4 Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data de posse.

4.5 Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo.

4.6 Apresentar os documentos que se fizerem necessários por ocasião da posse.

5 DOS LOCAIS DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

5.1 As provas objetivas serão realizadas nas cidades-pólo de Recife, Arcoverde, Caruaru, Palmares, Petrolina e Serra Talhada.

5.2 O candidato obrigatoriamente realizará as provas objetivas na cidade-pólo vinculada ao seu local de inscrição, conforme o seguinte quadro:

CIDADE-PÓLO DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS	CIDADE DE INSCRIÇÃO
RECIFE	Cabo de Santo Agostinho, Carpina, Escada, Goiana, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Olinda, Recife e Vitória de Santo Antão
ARCOVERDE	Afogados da Ingazeira e Arcoverde
CARUARU	Caruaru e Garanhuns
PALMARES	Palmares
PETROLINA	Petrolina
SERRA TALHADA	Araripina, Ouricuri, Salgueiro e Serra Talhada

5.3 Os candidatos que realizarem sua inscrição por via POSTAL ou INTERNET deverão, obrigatoriamente, indicar sua opção pela cidade de realização das provas objetivas, conforme subitem 5.1 deste edital.

5.4 A prova prática de Apanhamento Taquigráfico será realizada somente na cidade de Recife, independentemente do local de inscrição do candidato e do local de realização das provas objetivas.

5.5 Não serão aceitas solicitações de alteração de local de realização das provas objetivas.

6 DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

6.1 PERÍODO: **De 21 de maio a 1.º de junho de 2001.**

6.2 HORÁRIO: De atendimento bancário.

6.3 LOCAIS DE INSCRIÇÃO: Agências da Caixa Econômica Federal relacionadas no Anexo I deste edital.

6.4 TAXAS DE INSCRIÇÃO: R\$ 45,00, para os cargos de nível superior.

R\$ 35,00, para os cargos de nível médio.

R\$ 25,00, para os cargos de nível intermediário ou fundamental.

6.5 DOS PROCEDIMENTOS PARA A INSCRIÇÃO

6.5.1 No ato de inscrição, o candidato deverá:

6.5.1.1 Preencher o formulário fornecido nas agências da Caixa Econômica Federal relacionadas no Anexo I deste edital.

6.5.1.2 Recolher o valor da taxa de inscrição.

6.5.1.3 Apresentar cópia legível, recente e em bom estado de documento de identidade, a qual será retida pelo CESPE. É obrigatória a apresentação de documento de identidade **original** nos dias e nos locais de realização das provas.

6.5.2 O formulário de inscrição será recebido por um funcionário da CAIXA, que emitirá o comprovante de inscrição.

6.6 O candidato deverá declarar, no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet, que os documentos comprobatórios dos requisitos exigidos no presente edital serão apresentados por ocasião da posse.

6.7 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, a prova, a nomeação e a posse do candidato, desde que verificada falsidade em qualquer declaração e/ou irregularidade nas provas e/ou nos documentos apresentados.

6.8 É vedada a inscrição condicional e/ou extemporânea.

6.9 Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a posse.

6.10 Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

6.11 Caso o cheque utilizado para o pagamento da inscrição seja devolvido por qualquer motivo, o CESPE reserva-se o direito de tomar as medidas legais cabíveis.

6.12 O valor referente ao pagamento da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.13 O comprovante de inscrição deverá ser mantido em poder do candidato e apresentado no local de realização das provas.

6.14 Não serão aceitas inscrições via *fax* e/ou correio eletrônico.

6.15 O candidato que necessitar de qualquer tipo de atendimento diferenciado para a realização das provas deverá solicitá-lo, por escrito, no ato de inscrição, indicando claramente no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet quais os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.).

6.15.1 A candidata que necessitar amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante que ficará em sala reservada para essa finalidade e que será responsável pela guarda da criança.

6.15.2 As solicitações de recursos especiais serão atendidas obedecendo a critérios de viabilidade e de razoabilidade.

6.15.3 A não-solicitação de recursos especiais no ato de inscrição implica a sua não-concessão no dia de realização das provas.

6.16 As informações prestadas no formulário de inscrição ou na solicitação de inscrição por via postal ou via Internet serão de inteira responsabilidade do candidato, dispondo o CESPE do direito de excluir do processo seletivo aquele que não preencher o formulário de forma completa, correta e legível ou que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

6.17 Não serão aceitas as solicitações de inscrição que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

6.18 DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

6.18.1 Será admitida a inscrição por terceiros mediante procuração do interessado, acompanhada de cópia legível de documento de identidade do candidato. Esses documentos serão retidos. Não há necessidade de reconhecimento de firma na procuração.

6.18.2 O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, após efetuada a inscrição.

6.18.3 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador, arcando com as conseqüências de eventuais erros de seu representante no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

6.19 DA INSCRIÇÃO POR VIA POSTAL

6.19.1 Será aceita solicitação de inscrição por meio de SEDEX – Encomenda Expressa da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, endereçada ao: **Concurso TJPE, Centro de Seleção e de Promoção de Eventos – CESPE, Campus Universitário Darcy Ribeiro, caixa postal 04521, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70919-970**, desde que contenha no envelope:

a) solicitação de inscrição datada e assinada, conforme o modelo definido no Anexo II deste edital;

b) cópia legível de documento de identidade, cujo **original** deverá ser apresentado nos dias e nos locais de realização das provas;

c) cheque nominativo emitido pelo próprio candidato, em favor do CESPE, no valor da taxa de inscrição.

6.19.2 Somente serão aceitas as solicitações de inscrição que sejam postadas até o **último** dia do período de inscrição, dia **1.º de junho de 2001**.

6.19.3 Ao candidato que se inscrever por via postal, será enviado pelo CESPE, também por via postal, o comprovante de inscrição.

6.20 DA INSCRIÇÃO VIA INTERNET

6.20.1 Será admitida a inscrição via Internet, no endereço <http://www.cespe.unb.br/tjpe>, solicitada no período entre **10 horas do dia 21 de maio de 2001** e **20 horas do dia 3 de junho de 2001**, observado o horário oficial de Brasília/DF.

6.20.1.1 O CESPE não se responsabiliza por solicitações de inscrição via Internet não-recebidas por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

6.20.2 A taxa de inscrição dos candidatos inscritos via Internet deverá obrigatoriamente ser paga por meio de cartão de crédito VISA.

6.20.3 As inscrições efetuadas via Internet somente serão acatadas após emissão do comprovante de operação pela administradora do cartão de crédito.

6.20.4 O comprovante de inscrição dos candidatos inscritos via Internet, estará disponível no endereço eletrônico supracitado, após o acatamento das inscrições, sendo de responsabilidade exclusiva do candidato a obtenção desse documento.

6.20.5 Os candidatos inscritos via Internet **não** deverão enviar cópia de documento de identidade, sendo de responsabilidade exclusiva dos candidatos os dados cadastrais informados no ato de inscrição.

6.20.6 Informações complementares acerca da inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico do CESPE, <http://www.cespe.unb.br>.

7 DAS PROVAS

7.1 Serão aplicadas provas objetivas e/ou práticas, abrangendo o conteúdo programático definido neste edital, conforme os quadros a seguir.

7.1.1 CARGOS: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.^a ENTRÂNCIA e TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Direito Administrativo e Direito Constitucional	8	
(P ₃) Objetiva	Direito Civil e Direito Processual Civil	8	
(P ₄) Objetiva	Direito Penal e Direito Processual Penal	8	
(P ₅) Objetiva	Conhecimentos de Informática e Conhecimentos Gerais	6	

7.1.2 CARGOS: ASSISTENTE SOCIAL e PSICÓLOGO

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Conhecimentos Específicos	20	
(P ₃) Objetiva	Conhecimentos de Informática e Conhecimentos Gerais	10	

7.1.3 CARGOS: OFICIAL DE JUSTIÇA DA 1.^a ENTRÂNCIA, OFICIAL DE JUSTIÇA DA 2.^a ENTRÂNCIA, TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA, TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA e ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	12	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Constitucional	5	
(P ₃) Objetiva	Noções de Direito Civil e Noções de Direito Processual Civil	5	
(P ₄) Objetiva	Noções de Direito Penal e Noções de Direito Processual Penal	5	
(P ₅) Objetiva	Conhecimentos de Informática	8	
(P ₆) Objetiva	Conhecimentos Gerais	5	

7.1.4 CARGO: TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	12	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Constitucional	5	
(P ₃) Objetiva	Noções de Direito Civil e Noções de Direito Processual Civil	5	
(P ₄) Objetiva	Noções de Direito Penal e Noções de Direito Processual Penal	5	
(P ₅) Objetiva	Conhecimentos de Informática	8	
(P ₆) Objetiva	Conhecimentos Gerais	5	
(P ₇) Prática	Apanhamento Taquigráfico	-	

7.1.5 CARGOS: AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA, AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA, AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA, ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA e ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Constitucional	6	
(P ₃) Objetiva	Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos	6	
(P ₄) Objetiva	Conhecimentos de Informática	8	

7.1.6 CARGO: AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA 3.ª ENTRÂNCIA

PROVA/TIPO	ÁREA DE CONHECIMENTO	NÚMERO DE QUESTÕES	CARÁTER
(P ₁) Objetiva	Língua Portuguesa	10	ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO
(P ₂) Objetiva	Conhecimentos Específicos	8	
(P ₃) Objetiva	Conhecimentos de Informática	8	
(P ₄) Objetiva	Conhecimentos Gerais	4	

7.2 As provas objetivas serão aplicadas nos dias 30 de junho, 1.º, 7 e 8 de julho de 2001, conforme distribuição definida no seguinte quadro, e terão duração de 3 horas e 30 minutos. Os locais e os horários de provas serão publicados no *Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco* do dia **22 de junho de 2001**.

Data	Turno	Cargo
30/6/2001	Tarde	Assistente Judiciário da 2.ª Entrância
		Oficial de Justiça da 1.ª Entrância
1.º/7/2001	Manhã	Técnico Judiciário da 2.ª Entrância
	Tarde	Técnico Judiciário da 1.ª Entrância
7/7/2001	Manhã	Assistente Judiciário da 1.ª Entrância
		Oficial de Justiça da 3.ª Entrância
	Tarde	Assistente Social
		Auxiliar Administrativo da 3.ª Entrância
		Oficial de Justiça da 2.ª Entrância
		Psicólogo
		Taquígrafo Judiciário
Técnico Judiciário da 3.ª Entrância		
8/7/2001	Manhã	Assistente Judiciário da 3.ª Entrância
		Auxiliar Judiciário da 1.ª Entrância
	Tarde	Auxiliar Judiciário da 2.ª Entrância
		Auxiliar Judiciário da 3.ª Entrância

7.2.1 O CESPE enviará, como complemento às informações citadas no subitem anterior, comunicação pessoal dirigida ao candidato, no endereço indicado no formulário de inscrição, informando o local e o horário de realização das provas.

7.2.2 O envio de comunicação pessoal dirigida ao candidato, ainda que extraviada ou por qualquer motivo não-recebida, não desobriga o candidato do dever de observar o edital a ser publicado, consoante dispõe o subitem 7.2.

7.3 Por ocasião da realização de qualquer uma das provas, o candidato que não apresentar o documento de identidade **original** na forma definida neste edital será automaticamente excluído do concurso.

7.4 O documento de identidade deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação, não sendo aceita cópia, ainda que autenticada.

7.5 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de **1 (uma) hora** do horário fixado para seu início, munido de caneta esferográfica de tinta **preta**, de comprovante de inscrição e de documento de identidade **original**.

7.6 Após o horário fixado para o início das provas, não se admitirá o ingresso de qualquer candidato aos locais de sua realização.

7.7 A ausência às provas acarretará a eliminação automática do candidato, não havendo segunda chamada para qualquer uma das provas.

7.8 Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos etc.); passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

7.8.1 Caso o candidato estiver impossibilitado de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial.

7.8.2 Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade nem documentos ilegíveis, não-identificáveis ou danificados.

7.8.3 Por ocasião da realização das provas, o candidato que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 7.8 deste edital, será automaticamente eliminado do concurso.

7.9 Não será aplicada prova, em hipótese alguma, fora do espaço físico, datas e horários predeterminados em edital ou em comunicado. Também não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato inscrito segundo o subitem 3.1, se a deficiência impossibilitar a marcação pelo candidato.

7.10 Acarretará a eliminação do candidato do processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das normas para a realização das provas definidas neste edital ou em outros relativos ao concurso, nos comunicados ou nas instruções constantes em cada prova, bem como o tratamento incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

7.11 Não será permitida a utilização, nos locais de provas, de armas e/ou aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, *bip*, telefone celular, *walkman*, receptor, gravador, *laptops* etc.).

7.12 Durante a realização das provas, não será permitida espécie alguma de consulta ou comunicação entre os candidatos nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos, que não os permitidos, ou quaisquer anotações.

7.13 Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a realização de qualquer uma das provas:

- a) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- c) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor ou *papers*, ou que se comunicar com outro candidato;
- d) faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidatos;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não os permitidos;
- f) se recusar a entregar o material de provas ao término do tempo de provas;
- g) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;
- i) descumprir as instruções contidas no caderno de provas;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido.

7.14 Quando, após a prova, for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, ter o candidato utilizado processos ilícitos, sua prova será anulada e ele será automaticamente eliminado do concurso.

7.15 O candidato somente poderá retirar-se do local de prova levando o caderno de provas no decurso da última hora antes do horário previsto para o seu término.

7.16 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude de afastamento de candidato da sala de prova.

7.17 DAS PROVAS OBJETIVAS

7.17.1 As questões das provas objetivas serão do tipo múltipla escolha, com cinco opções (A a E) e uma única resposta correta. Haverá, na folha de respostas, para cada questão, um campo designado com o código SR, cujo significado é “sem resposta”, que servirá somente para caracterizar que o candidato desconhece a resposta correta; portanto, a sua marcação não implica pena ao candidato.

7.17.2 O candidato deverá transcrever as respostas das provas objetivas para a folha de respostas, que será o único documento válido para a correção das provas. O preenchimento da folha de respostas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder de conformidade com as instruções específicas

contidas neste edital e na folha de respostas. Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.

7.17.3 Serão de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na folha de respostas. Serão consideradas marcações incorretas as que estiverem em desacordo com este edital e com a folha de respostas, tais como: dupla marcação, marcação rasurada ou emendada e campo de marcação não-preenchido integralmente.

7.17.4 Não será permitido que as marcações na folha de respostas sejam feitas por outras pessoas, salvo em caso de candidato enquadrado no item 3 e/ou no subitem 6.15 deste edital. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um agente do CESPE devidamente treinado.

7.18 DA PROVA PRÁTICA DE APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO

7.18.1 Será aplicada prova prática de Apanhamento Taquigráfico aos candidatos ao cargo de **Taquígrafo Judiciário**.

7.18.2 A prova prática de Apanhamento Taquigráfico será realizada somente na cidade de Recife, independentemente da cidade onde o candidato tenha realizado as provas objetivas.

7.18.2.1 Todas as despesas decorrentes de deslocamento, de estadia e de alimentação para realização da prova prática de Apanhamento Taquigráfico correrão por conta do candidato.

7.18.3 A prova prática de Apanhamento Taquigráfico terá caráter eliminatório e classificatório, sendo automaticamente eliminado do concurso o candidato que não comparecer à referida prova, por caracterizar abandono do concurso.

7.18.4 A prova prática de Apanhamento Taquigráfico (P_7) terá valor de 4,0 (quatro) pontos e consistirá de 2 (duas) partes:

a) parte 1 (PP_1) – apanhamento taquigráfico, durante 5 (cinco) minutos, de ditado realizado em velocidade média de 90 (noventa) palavras por minuto, seguido de tradução digitada em computador compatível com IBM/PC, em um processador de texto, com prazo máximo de 2 (duas) horas. Essa parte valerá 2,0 (dois) pontos;

b) parte 2 (PP_2) – apanhamento taquigráfico, durante 5 (cinco) minutos, de ditado realizado em velocidade média de 95 (noventa e cinco) palavras por minuto, seguido de tradução digitada em computador compatível com IBM/PC, em um processador de texto, com prazo máximo de 2 (duas) horas. Essa parte valerá 2,0 (dois) pontos.

7.18.5 O candidato deve estar apto a digitar em qualquer tipo de teclado.

7.18.6 A prova prática de Apanhamento Taquigráfico realizar-se-á exclusivamente pelo processo manual, a lápis ou caneta esferográfica. O candidato empregará o método taquigráfico de sua escolha, devendo trazer, no dia da prova, bloco de papel e lápis ou caneta esferográfica.

7.18.7 A nota do candidato na prova prática de Apanhamento Taquigráfico (NAP) será a soma das notas dos 2 (dois) ditados, obtida pela fórmula:

$$NAP = NPP_1 + NPP_2$$

7.18.8 A nota do candidato em cada parte (NPP_1 e NPP_2) será calculada aplicando a seguinte fórmula:

$$NPP_i = 2,0 - \frac{2,0 \times NEP_i}{V_i}, \text{ em que:}$$

NPP_i = nota do candidato na parte;_i

V_i = velocidade da parte;_i ($V_1 = 90$ e $V_2 = 95$);

NEP_i = número de erros na parte;_i.

7.18.9 Critérios de correção da prova prática de Apanhamento Taquigráfico:

7.18.9.1 Será considerado para cada palavra omitida, acrescida ou substituída:

a) com alteração de sentido = 1 (um) erro;

b) sem alteração de sentido = 0,5 (meio) erro.

7.18.9.2 Os erros de Língua Portuguesa serão descontados conforme o tipo e valores discriminados a seguir:

- a) ortografia = 0,5 (meio) erro cada;
- b) pontuação = 0,5 (meio) erro cada;
- c) colocação de pronomes = 0,5 (meio) erro cada;
- d) regência e crase = 1 (um) erro cada;
- e) concordância verbal ou nominal = 1 (um) erro cada;
- f) em caso de palavra erroneamente grafada repetidas vezes, será computado 1 (um) erro 1 (uma) única vez.

7.18.10 Será eliminado o candidato que obtiver NAP menor que 2,0 (dois) pontos.

7.18.11 Se NAP for negativa, será considerada $NAP = 0$.

7.18.12 A prova prática de Apanhamento Taquigráfico não poderá ser assinada, rubricada ou conter, em outro local que não seja a capa do texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada.

7.18.13 Todos os cálculos citados neste item serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

7.18.14 Demais informações a respeito da prova prática de Apanhamento Taquigráfico constarão do edital de convocação para esta fase.

8 DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

8.1 Todos os candidatos terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico.

8.2 A nota do candidato em cada prova objetiva (NP) será calculada da seguinte forma:

$$NP_i = QC - \frac{QE}{4}, \text{ em que:}$$

QC = número de questões da folha de respostas concordantes com o gabarito oficial definitivo;

QE = número de questões da folha de respostas discordantes do gabarito oficial definitivo.

8.3 A nota final das provas objetivas ($NFPO$) será o somatório das notas das provas objetivas:

$$NFPO = \sum_{i=1}^n NP_i, \text{ em que:}$$

n = número de provas para o cargo.

8.4 Será eliminado o candidato que se enquadrar em pelo menos um dos casos abaixo:

8.4.1 Para os cargos de OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.^a ENTRÂNCIA e TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA:

- a) obtiver nota inferior a 2,0 (dois) pontos em P_1 ;
- b) obtiver nota inferior a 1,5 (um vírgula cinco) pontos em P_2 e/ou em P_3 e/ou em P_4 ;
- c) obtiver nota inferior a 12,0 (doze) pontos no somatório das notas das provas objetivas ($NFPO$).

8.4.2 Para os cargos de ASSISTENTE SOCIAL e PSICÓLOGO:

- a) obtiver nota inferior a 2,0 (dois) pontos em P_1 ;
- b) obtiver nota inferior a 4,0 (quatro) pontos em P_2 ;
- c) obtiver nota inferior a 12,0 (doze) pontos no somatório das notas das provas objetivas ($NFPO$).

8.4.3 Para os cargos de OFICIAL DE JUSTIÇA DA 1.^a ENTRÂNCIA, OFICIAL DE JUSTIÇA DA 2.^a ENTRÂNCIA, TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA, TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA, ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA e TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO:

- a) obtiver nota inferior a 2,5 (dois vírgula cinco) pontos em P_1 ;
- b) obtiver nota inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) pontos em P_2 e/ou em P_3 e/ou em P_4 ;
- c) obtiver nota inferior a 1,0 (um) ponto em P_5 ;
- d) obtiver nota inferior a 12,0 (doze) pontos no somatório das notas das provas objetivas ($NFPO$).

8.4.4 Para os cargos de AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA, AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA, AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA, ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA e ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA:

- a) obtiver nota inferior a 2,0 (dois) pontos em P_1 ;
- b) obtiver nota inferior a 0,5 (zero vírgula cinco) pontos em P_2 e/ou em P_3 ;
- c) obtiver nota inferior a 1,0 (um) ponto em P_4 ;
- d) obtiver nota inferior a 9,0 (nove) pontos no somatório das notas das provas objetivas (NFPO).

8.4.5 Para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA 3.^a ENTRÂNCIA:

- a) obtiver nota inferior a 2,0 (dois) pontos em P_1 ;
- b) obtiver nota inferior a 1,0 (um) ponto em P_2 e/ou em P_3 ;
- c) obtiver nota inferior a 9,0 (nove) pontos no somatório das notas das provas objetivas (NFPO).

8.5 Os candidatos não-eliminados segundo os critérios definidos nos subitens 8.4.1 a 8.4.5 serão ordenados, por cargo, de acordo com os valores decrescentes das notas finais das provas objetivas (NFPO).

8.6 Com base na lista organizada na forma do subitem 8.5, serão convocados para as provas práticas os candidatos ao cargo de TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO classificados em até cinco vezes o número de vagas oferecido neste edital, respeitados os empates na última colocação.

8.7 Para os cargos que não exigirem prova prática, a nota final do concurso (NF) será o somatório da nota final das provas objetivas (NFPO).

8.8 Para o cargo que exige prova prática, a nota final do concurso (NF) será o somatório da nota final das provas objetivas (NFPO) e da nota da prova prática de Apanhamento Taquigráfico (NAP).

8.9 Todos os cálculos citados neste item serão considerados até a segunda casa decimal, arredondando-se para o número imediatamente superior, se o algarismo da terceira casa decimal for igual ou superior a 5 (cinco).

9 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1 Em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver, nesta ordem:

9.1.1 Para os cargos de OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.^a ENTRÂNCIA e TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA:

- a) maior nota na prova de Direito Administrativo e Direito Constitucional (P_2);
- b) maior nota na prova de Direito Civil e Direito Processual Civil (P_3);
- c) maior nota na prova de Direito Penal e Direito Processual Penal (P_4);
- d) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_1).

9.1.2 Para os cargos de ASSISTENTE SOCIAL e PSICÓLOGO:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P_2);
- b) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_1).

9.1.3 Para os cargos de OFICIAL DE JUSTIÇA DA 1.^a ENTRÂNCIA, OFICIAL DE JUSTIÇA DA 2.^a ENTRÂNCIA, TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA, TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA e ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA:

- a) maior nota na prova de Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Constitucional (P_2);
- b) maior nota na prova de Noções de Direito Civil e Noções de Direito Processual Civil (P_3);
- c) maior nota na prova de Noções de Direito Penal e Noções de Direito Processual Penal (P_4);
- d) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_1).

9.1.4 Para o cargo de TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO:

- a) maior nota na prova prática Apanhamento Taquigráfico (P_7);
- b) maior nota na prova de Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Constitucional (P_2);
- c) maior nota na prova de Noções de Direito Civil e Noções de Direito Processual Civil (P_3);
- d) maior nota na prova de Noções de Direito Penal e Noções de Direito Processual Penal (P_4);
- e) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_1).

9.1.5 Para os cargos de AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA, AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA, AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA, ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 1.^a ENTRÂNCIA e ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 2.^a ENTRÂNCIA:

- a) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_1);

- b) maior nota na prova de Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos (P_3);
- c) maior nota na prova de Noções de Direito Administrativo e Noções de Direito Constitucional (P_2).

9.1.6 Para o cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA 3.^a ENTRÂNCIA:

- a) maior nota na prova de Conhecimentos Específicos (P_2);
- b) maior nota na prova de Noções Informática (P_3);
- c) maior nota na prova de Língua Portuguesa (P_1).

9.2 Para todos os cargos, persistindo o empate, terá preferência o candidato mais idoso.

10 DOS RECURSOS

10.1 O candidato que desejar interpor recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas disporá de até dois dias úteis, a contar do dia subsequente ao da divulgação do gabarito oficial preliminar das provas objetivas.

10.2 Os locais e os horários de entrega de recurso contra o gabarito oficial preliminar das provas objetivas serão oportunamente divulgados.

10.3 Os recursos interpostos serão respondidos exclusivamente pelo CESPE e serão devolvidos aos candidatos recorrentes em datas e em locais a serem oportunamente divulgados.

10.4 Não será aceito recurso por via postal, via *fax*, via Internet e/ou via correio eletrônico.

10.5 O candidato deverá entregar três conjuntos idênticos de recursos (original e duas cópias), sendo que cada conjunto deverá ter todos os recursos e apenas uma capa.

10.6 Cada conjunto de recursos deverá ser apresentado com as seguintes especificações:

- a) folhas separadas para questões diferentes;
- b) indicação do número da questão, da resposta marcada pelo candidato e da resposta divulgada pelo CESPE;
- c) argumentação lógica e consistente;
- d) capa única constando o nome, o número de inscrição e a assinatura do candidato;
- e) sem identificação do candidato no corpo do recurso;
- f) datilografado ou digitado em formulário próprio, de acordo com o modelo definido no Anexo III deste edital, sob pena de ser preliminarmente indeferido.

10.7 Recursos inconsistentes, em formulário diferente do exigido e/ou fora das especificações estabelecidas neste edital serão indeferidos.

10.8 Se do exame de recursos resultar anulação de questão(ões), a pontuação correspondente a essa(s) questão(ões) será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, as provas serão corrigidas de acordo com o gabarito oficial definitivo. Em hipótese alguma o quantitativo de questões de cada uma das provas objetivas sofrerá alterações.

10.9 Aplica-se ao recurso da prova prática de Apanhamento Taquigráfico, no que couber, o constante dos subitens 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 e 10.6. A forma de interposição de recurso contra o resultado provisório na prova prática de Apanhamento Taquigráfico será disciplinada oportunamente.

11 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 O resultado final do concurso será homologado pelo Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, publicado no *Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco* e divulgado na Internet, no endereço <http://www.cespe.unb.br>.

11.2 A inscrição do candidato implicará a aceitação das normas para o concurso contidas nos comunicados, neste edital e em outros a serem publicados.

11.3 A validade do concurso será de dois anos, a contar da data de homologação do resultado final do concurso, podendo ser prorrogado por igual período, conforme inciso III, artigo 37, da Constituição da República, a critério do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

11.4 A aprovação e a classificação geram para o candidato apenas a expectativa de direito à nomeação. O Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco reserva-se o direito de proceder às nomeações, em número que atenda às necessidades de serviço, de acordo com a disponibilidade orçamentária e as vagas existentes, observada a Lei Complementar n.º 101/2000.

11.5 A posse no cargo fica condicionada à aprovação em inspeção médica e ao atendimento das condições constitucionais e legais. Para a posse, serão exigidos todos os documentos declarados pelo candidato no ato de inscrição. Exige-se, também, declaração de bens e valores e de não ter vínculo empregatício com o serviço público, salvo dentro do permissivo constitucional, com a opção de vencimentos, se couber.

11.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço no CESPE, enquanto estiver participando do concurso, e na Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, se aprovado.

11.7 Não serão fornecidas, por telefone, informações quanto à posição do candidato no concurso, bem como não será expedido qualquer documento comprobatório de sua classificação, valendo, para esse fim, a homologação publicada no *Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco*.

11.8 Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objetos de avaliação nas provas do concurso.

11.9 Não serão dadas informações por telefone a respeito de datas, de locais e de horários de provas. O candidato deverá acompanhar cuidadosamente as publicações no *Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco*.

11.10 Todas as publicações referentes ao concurso estarão disponíveis na Internet, no endereço <http://www.cespe.unb.br>.

11.11 Os casos omissos serão resolvidos pelo CESPE, juntamente com o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE.

12 DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

OFICIAL DE JUSTIÇA DA 3.^a ENTRÂNCIA e

TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 3.^a ENTRÂNCIA

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA (P₁)

1 Compreensão e interpretação de textos.

2 Tipologia textual.

3 Ortografia oficial.

4 Acentuação gráfica.

5 Emprego das classes de palavras.

6 Emprego do sinal indicativo de crase.

7 Sintaxe da oração e do período.

8 Pontuação.

9 Concordância nominal e verbal.

10 Regência nominal e verbal.

11 Significação das palavras.

12 Redação e correspondências oficiais.

PROVA: DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO CONSTITUCIONAL (P₂)

DIREITO ADMINISTRATIVO.

1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

2 Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

3 Organização administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração; organização administrativa da União; administração direta e indireta.

4 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.

5 Poderes administrativos: poder vinculado; poder discricionário; poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.

6 Ato administrativo: conceito; requisitos, perfeição, validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade.

7 Serviços Públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização.

8 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

9 Lei n.º 8.429, de 2/6/92, publicada no DO de 3/6/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências).

DIREITO CONSTITUCIONAL.

1 O Direito Constitucional: natureza; conceito e objeto; perspectiva sociológica; perspectiva política; perspectiva jurídica; fontes formais; concepção positiva.

2 Constituição: sentido sociológico; sentido político; sentido jurídico; conceito, objetos e elementos.

2.1 Classificações das constituições: constituição material e constituição formal; constituição-garantia e constituição-dirigente; normas constitucionais.

3 Poder constituinte: fundamentos do poder constituinte; poder constituinte originário e derivado; reforma e revisão constitucionais; limitação do poder de revisão; emendas à Constituição.

4 Controle de constitucionalidade: conceito; sistemas de controle de constitucionalidade.

4.1 Inconstitucionalidade: inconstitucionalidade por ação e inconstitucionalidade por omissão.

4.2 Sistema brasileiro de controle de constitucionalidade.

5 Fundamentos constitucionais dos direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos; remédios do Direito Constitucional.

6 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.

7 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.

8 Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo; atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

9 Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados; funções essenciais à Justiça.

10 Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

11 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.

PROVA: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL (*P*₃)

DIREITO CIVIL.

1 Lei de introdução ao código civil, pessoa natural, pessoa jurídica, personalidade, domicílio, residência, bens, diferentes cargos de bens, fatos jurídicos, prescrição e decadência, negócios jurídicos, posse: classificação, aquisição, efeitos e perda.

2 Propriedade: aquisição, perda da propriedade móvel, direito real sobre coisa alheia, obrigações: modalidades e efeitos da liquidação das obrigações, cessão de créditos, contratos, obrigações por atos ilícitos, espécies de contratos, responsabilidade civil, teoria da culpa e do risco.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

1 Jurisdição, competência, critérios determinativos da competência, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo, capacidade postulatória do litisconsorte da assistência, da intervenção de terceiros, da nomeação à autoria, da denunciação à lide, do chamamento ao processo.

2 Processo e procedimento.

3 Procedimento ordinário e sumaríssimo.

4 Citação, notificação, intimações, defesa do réu, espécies de defesa, das exceções, da contestação, da reconvenção, da prova, ônus da prova, dos recursos e suas espécies, da ação rescisória.

PROVA: DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL (*P*₄)

DIREITO PENAL.

1 Princípios constitucionais do Direito Penal.

2 A lei penal no tempo.

3 A lei penal no espaço.

- 4 Interpretação da lei penal.
- 5 Infração penal: elementos, espécies.
- 6 Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.
- 7 Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade.
- 8 Excludentes de ilicitude e de culpabilidade.
- 9 Erro de tipo; erro de proibição.
- 10 Imputabilidade penal.
- 11 Concurso de pessoas.
- 12 Crimes contra a pessoa.
- 13 Crimes contra o patrimônio.
- 14 Crimes contra a Administração Pública.
- 15 Abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65).
- 16 Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n.º 6.368/76).
- 17 Crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90).
- 18 Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90).
- 19 Lei que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor (Lei n.º 9.459, de 13/5/97).
- 20 Lei n.º 5.553, de 6/12/68, que dispõe sobre a apresentação e uso de documento de identificação pessoal.
- 21 Lei n.º 4.898, de 9/12/65, que regula o direito de representação e o processo de responsabilidade civil e penal, nos casos de abuso de autoridade.
- 22 Dos crimes da Lei n.º 9.437, de 20/2/97.
- 23 Lei n.º 9.455, de 7/4/97, que define os crimes de tortura e dá outras providências.
- 24 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13/7/90).
- 25 Lei de imprensa (Lei n.º 5.250/67).
- 26 Código de defesa do consumidor (Lei n.º 8.078/90).
- 27 Porte de arma (Lei n.º 9.437/97).
- 28 Lavagem de dinheiro (Lei n.º 9.613/98).
- 29 Crimes contra o meio ambiente (Lei n.º 9.605/98).

DIREITO PROCESSUAL PENAL.

- 1 Inquérito policial; notitia criminis.
- 2 Ação penal; espécies.
- 3 Jurisdição; competência.
- 4 Prova (artigos 158 a 184 do CPP).
- 5 Prisão em flagrante.
- 6 Prisão preventiva.
- 7 Prisão temporária (Lei n.º 7.960/89).
- 8 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
- 9 Habeas corpus, graça indulto e anistia (Lei n.º 9.296/96).
- 10 Juizados especiais criminais (Lei n.º 9.099/95 e Lei n.º 9.034/95).
- 11 Citação, intimação, interdição de direito, medidas de segurança, sentença, processo comum, júri.

PROVA: CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS (P₅)

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- 1 Conceitos de Internet e de Intranet.
- 2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet.
 - 2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.
 - 2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios.
 - 2.3 Conceitos de proteção e segurança.
 - 2.4 Novas tecnologias e outros.

3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.

3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.

4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

CONHECIMENTOS GERAIS.

Atualidades políticas, econômicas e sociais.

ASSISTENTE SOCIAL

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA (P_1)

1 Compreensão e interpretação de textos.

2 Tipologia textual.

3 Ortografia oficial.

4 Acentuação gráfica.

5 Emprego das classes de palavras.

6 Emprego do sinal indicativo de crase.

7 Sintaxe da oração e do período.

8 Pontuação.

9 Concordância nominal e verbal.

10 Regência nominal e verbal.

11 Significação das palavras.

12 Redação e correspondências oficiais.

PROVA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P_2)

1 Ambiente de atuação do Assistente Social.

1.1 Instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas.

1.2 Propostas de intervenção na área social: planejamento estratégico, planos, programas, projetos, e atividades de trabalho.

1.3 Avaliação de programas e políticas sociais.

1.4 Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências).

1.5 Trabalho social em situação de rua.

1.6 Diagnóstico.

1.7 Organização de comunidade e movimentos sociais.

2 Estratégias de trabalho institucional.

2.1 Conceitos de Instituição.

2.2 Estrutura brasileira de recursos sociais.

2.3 Uso de recursos institucionais e comunitários.

2.4 Redação e correspondências oficiais: laudo e parecer (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social.

3 Atuação em programas de prevenção e tratamento.

3.1 Uso do álcool, tabaco e outras drogas: questão cultural, social, e psicológica.

3.2 Doenças sexualmente transmissíveis.

3.3 Aids.

3.4 Atendimento às vítimas.

4 Políticas Sociais.

4.1 Relação Estado/Sociedade.

4.2 Contexto atual e o neoliberalismo.

4.3 Políticas de Seguridade e Previdência Social.

- 4.4 Políticas de Assistência – Lei Orgânica da Assistência Social.
- 4.5 Políticas de Saúde – Sistema único de Saúde (SUS) e Agências reguladoras.
- 4.6 Políticas Educacionais – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).
- 4.7 Política Nacional do Idoso.
- 5 Legislação de Serviço Social.
- 5.1 Níveis, áreas e limites de atuação do profissional de Serviço Social.
- 5.2 Ética profissional.
- 6 Políticas, diretrizes, ações e desafios na área da família, da criança e do adolescente.
- 6.1 Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- 6.2 A defesa de direitos da criança e do adolescente.
- 6.3 O papel dos conselhos, centros de defesa e delegacias.
- 6.4 A adoção e a guarda: normas, processos jurídico e psicossocial, adoção à brasileira e adoção internacional.
- 6.5 Violência contra crianças e adolescentes e combate à violência.
- 6.6 Formas de violência contra crianças e adolescentes: maus tratos, abuso sexual, negligência e abandono.
- 6.7 Prostituição infanto-juvenil.
- 6.8 Extermínio, seqüestro e tráfico de crianças.
- 6.9 Exploração sexual no trabalho e no tráfico de drogas.
- 6.10 Sexo turismo.
- 6.11 A violência dos jovens, as gangues.
- 6.12 Delinquência infanto-juvenil: visão psicológica, cultural e sociológica..
- 6.13 Trajetórias delinqüenciais e o papel da família e da Justiça.
- 6.14 Meninos e meninas de rua: questão econômica e social e a questão do abandono.
- 6.15 Trabalho infanto-juvenil.
- 6.16 Novas modalidades de família: diagnóstico, abordagem sistêmica e estratégias de atendimento e acompanhamento.
- 6.17 Alternativas para a resolução de conflitos: conciliação e mediação.

PROVA: CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS (P₃)

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- 1 Conceitos de Internet e de Intranet.
- 2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet.
- 2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.
- 2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios.
- 2.3 Conceitos de proteção e segurança.
- 2.4 Novas tecnologias e outros.
- 3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.
- 3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).
- 3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.
- 3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.
- 4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

CONHECIMENTOS GERAIS.

Atualidades políticas, econômicas e sociais.

PSICÓLOGO

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA (P₁)

- 1 Compreensão e interpretação de textos.
- 2 Tipologia textual.
- 3 Ortografia oficial.
- 4 Acentuação gráfica.
- 5 Emprego das classes de palavras.
- 6 Emprego do sinal indicativo de crase.
- 7 Sintaxe da oração e do período.
- 8 Pontuação.
- 9 Concordância nominal e verbal.
- 10 Regência nominal e verbal.
- 11 Significação das palavras.
- 12 Redação e correspondências oficiais.

PROVA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P_2)

- 1 Psicologia Clínica
 - 1.1 Relações humanas.
 - 1.2 Áreas de atuação do psicólogo jurídico;
 - 1.2.1 conceitos de instituição;
 - 1.2.2 estratégias de trabalho institucional;
 - 1.2.3 utilização de recursos institucionais e comunitários.
 - 1.3 Psicologia da criança e do adolescente.
 - 1.4 Ética profissional e na justiça.
 - 1.5 Trabalho em equipe interprofissional: relacionamento e competências.
 - 1.6 Redação e correspondência oficiais: laudo e parecer (psicológicos e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação psicológica.
 - 1.7 Teorias da personalidade.
 - 1.8 Psicopatologia.
 - 1.9 Técnicas psicoterápicas.
 - 1.10 Psicodiagnóstico.
 - 1.11 Novas modalidades de família: diagnóstico, estratégias de atendimento e acompanhamento.
 - 1.12 Abordagem sistêmica em situações de conflito na família.
 - 1.13 Atuação em programas de prevenção e tratamento à dissolução da sociedade conjugal, uso de drogas lícitas e ilícitas, doenças sexualmente transmissíveis, violência doméstica e urbana, questões de abandono e delinquência infanto-juvenil, trajetórias delinquentiais e o papel da família, do psicólogo e da justiça.
 - 1.14 Psicologia do crime e do criminoso, penas alternativas e ressocialização.
 - 1.15 Vitimologia: estratégias de diagnóstico, terapêuticas, redes de assistência e famílias de alto risco.
 - 1.16 Estatuto da Criança e do Adolescente.
 - 1.17 Adoção e guarda, interdição, curatela, tutela, separação e divórcio, processo jurídico e atuação do psicólogo.
 - 1.18 Alternativas para a resolução de conflitos: conciliação e mediação.
- 2 Psicologia do Trabalho.
 - 2.1 Noções de psicologia organizacional.
 - 2.2 Saúde e segurança no trabalho: prevenção e acompanhamento sócio-cultural.
 - 2.3 Diagnóstico e intervenção organizacional: cultura e clima organizacional.
 - 2.4 Comportamento organizacional: motivação e satisfação no trabalho.
 - 2.5 Seleção de pessoal: planejamento, técnicas, avaliação e controle de resultados.
 - 2.6 Avaliação de desempenho: objetivos, métodos, implantação e acompanhamento.
 - 2.7 Análise de cargos: objetivos e métodos.
 - 2.8 Treinamento: levantamento de necessidades, planejamento, execução e avaliação.
 - 2.9 O papel do psicólogo na equipe de cuidados básicos à saúde.

PROVA: CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA E CONHECIMENTOS GERAIS (P_3)

CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA

- 1 Conceitos de Internet e de Intranet.

2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet.

2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.

2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios.

2.3 Conceitos de proteção e segurança.

2.4 Novas tecnologias e outros.

3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.

3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.

4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

CONHECIMENTOS GERAIS.

Atualidades políticas, econômicas e sociais.

CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (Antigo 2.º GRAU)

OFICIAL DE JUSTIÇA DA 1.ª ENTRÂNCIA,

OFICIAL DE JUSTIÇA DA 2.ª ENTRÂNCIA,

TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA,

TÉCNICO JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA,

ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA e

TAQUÍGRAFO JUDICIÁRIO

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA (P_1)

1 Compreensão e interpretação de textos.

2 Tipologia textual.

3 Ortografia oficial.

4 Acentuação gráfica.

5 Emprego das classes de palavras.

6 Emprego do sinal indicativo de crase.

7 Sintaxe da oração e do período.

8 Pontuação.

9 Concordância nominal e verbal.

10 Regência nominal e verbal.

11 Significação das palavras.

12 Redação e correspondências oficiais.

PROVA: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL (P_2)

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

2 Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

3 Organização administrativa da União; administração direta e indireta.

4 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.

5 Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.

6 Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade.

7 Serviços Públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização.

8 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

9 Lei n.º 8.429, de 2/6/92, publicada no DO de 3/6/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.

1 Direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.

2 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.

3 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.

4 Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo; atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

5 Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados.

6 Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

7 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.

PROVA: NOÇÕES DE DIREITO CIVIL E NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL (P₃)

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL.

1 Lei de introdução ao código civil, pessoa natural, pessoa jurídica, personalidade, domicílio, residência, bens, diferentes cargos de bens, fatos jurídicos, prescrição e decadência, negócios jurídicos, posse: classificação, aquisição, efeitos e perda.

2 Propriedade: aquisição, perda da propriedade móvel, direito real sobre coisa alheia, obrigações: modalidades e efeitos da liquidação das obrigações, cessão de créditos, contratos, obrigações por atos ilícitos, espécies de contratos, responsabilidade civil, teoria da culpa e do risco.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL.

1 Jurisdição, competência, critérios determinativos da competência, capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo, capacidade postulatória do litisconsorte da assistência, da intervenção de terceiros, da nomeação à autoria, da denunciação à lide, do chamamento ao processo.

2 Processo e procedimento.

3 Procedimento ordinário e sumaríssimo.

4 Citação, notificação, intimações, defesa do réu, espécies de defesa, das exceções, da contestação, da reconvenção, da prova, ônus da prova, dos recursos e suas espécies, da ação rescisória.

PROVA: NOÇÕES DE DIREITO PENAL E NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL (P₄)

NOÇÕES DE DIREITO PENAL.

1 A lei penal no tempo.

2 A lei penal no espaço.

3 Infração penal: elementos, espécies.

4 Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal.

5 Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade.

6 Excludentes de ilicitude e de culpabilidade.

7 Erro de tipo; erro de proibição.

8 Imputabilidade penal.

9 Concurso de pessoas.

10 Crimes contra a pessoa.

11 Crimes contra o patrimônio.

12 Crimes contra a Administração Pública.

13 Abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65).

14 Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei n.º 6.368/76).

15 Crimes contra a ordem tributária (Lei n.º 8.137/90).

16 Crimes hediondos (Lei n.º 8.072/90).

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL.

1 Inquérito policial; notitia criminis.

2 Ação penal; espécies.

3 Jurisdição; competência.

4 Prova (artigos 158 a 184 do CPP).

5 Prisão em flagrante.

6 Prisão preventiva.

7 Prisão temporária (Lei n.º 7.960/89).

8 Processos dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.

9 Habeas corpus.

PROVA: CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA (P₅)

1 Conceitos de Internet e de Intranet.

2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet.

2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.

2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios.

2.3 Conceitos de proteção e segurança.

2.4 Novas tecnologias e outros.

3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.

3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.

4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS (P₆)

Atualidades políticas, econômicas e sociais.

CARGOS DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO (NÍVEL MÉDIO MESMO QUE INCOMPLETO) E CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL (1.º GRAU COMPLETO)

AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA,

AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA,

AUXILIAR JUDICIÁRIO DA 3.ª ENTRÂNCIA,

ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 1.ª ENTRÂNCIA e

ASSISTENTE JUDICIÁRIO DA 2.ª ENTRÂNCIA

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA (P₁)

1 Compreensão de texto.

2 Ortografia: acentuação, emprego de letras e divisão silábica.

3 Pontuação.

4 Classes e emprego de palavras.

5 Gênero e número dos substantivos.

6 Coletivos.

7 Sintaxe da oração.

8 Concordância.

9 Significado das palavras: sinônimos, antônimos, denotação e conotação.

10 Redação e correspondências oficiais.

PROVA: NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO E NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL (P_2)

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

1 Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.

2 Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

3 Organização administrativa da União; administração direta e indireta.

4 Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime jurídico único: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.

5 Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.

6 Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade.

7 Serviços Públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização.

8 Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

9 Lei n.º 8.429, de 2/6/92, publicada no DO de 3/6/92 (dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função da administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências).

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.

1 Direitos e deveres fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; direitos sociais; nacionalidade; cidadania e direitos políticos; partidos políticos; garantias constitucionais individuais; garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos.

2 Poder Legislativo: fundamento, atribuições e garantias de independência.

3 Processo legislativo: fundamento e garantias de independência, conceito, objetos, atos e procedimentos.

4 Poder Executivo: forma e sistema de governo; chefia de Estado e chefia de Governo; atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

5 Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Superior Tribunal de Justiça; tribunais regionais federais e juízes federais; tribunais e juízes dos estados.

6 Defesa do Estado e das instituições democráticas: segurança pública; organização da segurança pública.

7 Ordem social: base e objetivos da ordem social; seguridade social; educação, cultura e desporto; ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso.

PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P_3)

CONHECIMENTOS GERAIS

Atualidades políticas, econômicas e sociais.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1 Matemática:

1.1 Conjuntos numéricos;

1.2 números naturais, inteiros, racionais e reais;

1.3 operações com conjuntos;

1.4 fatoração e números primos - divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum;

1.5 razões e proporções - regras de três simples e composta;

1.6 porcentagem, juros simples e compostos, divisão proporcional;

1.7 equações e inequações de 1.º grau;

1.8 sistemas lineares;

1.9 noções de geometria - retas, ângulos, paralelismo e perpendicularismo, triângulos e quadriláteros;

1.10 Teorema de Pitágoras;

1.11 sistemas de medidas - tempo, massa, comprimento, área, volume etc;

1.12 perímetro e área de figuras planas, volumes de sólidos.

2 Noções de relações humanas.

3 Noções de cidadania.

4 Noções de arquivologia.

5 Conhecimento de processos.

PROVA: CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA (P₄)

1 Conceitos de Internet e de Intranet.

2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet.

2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.

2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios.

2.3 Conceitos de proteção e segurança.

2.4 Novas tecnologias e outros.

3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.

3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.

4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO DA 3.^a ENTRÂNCIA

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA (P₁)

1 Compreensão de texto.

2 Ortografia: acentuação, emprego de letras e divisão silábica.

3 Pontuação.

4 Classes e emprego de palavras.

5 Gênero e número dos substantivos.

6 Coletivos.

7 Sintaxe da oração.

8 Concordância.

9 Significado das palavras: sinônimos, antônimos, denotação e conotação.

10 Redação e correspondências oficiais.

PROVA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (P₂)

1 Noções de segurança individual, coletiva e de instalações.

2 Conhecimentos básicos para instalação, inspeção, manutenção e reparos.

2.1 Hidráulica.

2.2 Eletricidade.

2.3 Eletrônica e equipamentos de áudio.

2.4 Carpintaria.

2.5 Alvenaria e pintura.

3 Identificação e uso de ferramentas.

4 Proteção contra choques elétricos.

5 Matemática:

5.1 Conjuntos numéricos;

5.2 números naturais, inteiros, racionais e reais;

5.3 operações com conjuntos;

5.4 fatoração e números primos - divisibilidade, máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum;

5.5 razões e proporções - regras de três simples e composta;

5.6 percentagem, juros simples e compostos, divisão proporcional;

- 5.7 equações e inequações de 1.º grau;
- 5.8 sistemas lineares;
- 5.9 noções de geometria - retas, ângulos, paralelismo e perpendicularismo, triângulos e quadriláteros;
- 5.10 Teorema de Pitágoras;
- 5.11 sistemas de medidas - tempo, massa, comprimento, área, volume etc;
- 5.12 perímetro e área de figuras planas, volumes de sólidos.

6 Noções de relações humanas.

7 Noções de cidadania.

PROVA: CONHECIMENTOS DE INFORMÁTICA (P_3)

1 Conceitos de Internet e de Intranet.

2 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados a Internet/Intranet.

2.1 Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa.

2.2 Conceitos de protocolos, World Wide Web, organização de informação para uso na Internet, acesso à distância a computadores, transferência de informação e arquivos, aplicativos de áudio, vídeo, multimídia, uso da Internet na educação, negócios, medicina e outros domínios.

2.3 Conceitos de proteção e segurança.

2.4 Novas tecnologias e outros.

3 Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

3.1 Procedimentos, aplicativos e dispositivos para armazenamento de dados e para realização de cópia de segurança (backup).

3.2 Conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos, pastas e programas, instalação de periféricos.

3.3 Principais aplicativos comerciais para: edição de textos e planilhas, geração de material escrito, visual e sonoro e outros.

4 Conceitos dos principais sistemas comerciais e outros.

PROVA: CONHECIMENTOS GERAIS (P_4)

Atualidades políticas, econômicas e sociais.

NILDO NERY
Desembargador Presidente do TJPE

ANEXO I

Endereços das agências da Caixa Econômica Federal onde serão recebidas as inscrições para o concurso público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco – TJPE.

CIDADE	AGÊNCIA	ENDEREÇO
Recife	Afogados	Rua da Paz, 203, Afogados
	Av. Agamenon Magalhães	Avenida Agamenon Magalhães, 2997, Boa Vista
	Av. Guararapes	Av Guararapes, 161, Santo Antônio
	Av. Herculano Bandeira	Avenida Herculano Bandeira, 749, Pina
	Boa Viagem	Avenida Conselheiro Aguiar, 3399, Boa Viagem
	Cais do Apolo	Cais do Apolo, 421, Recife
	Casa Amarela	Rua Padre Lemos, 293, Casa Amarela
	Casa Forte	Avenida 17 de agosto, 941, Casa Forte
	Caxangá	Avenida Caxangá, 1135, Cordeiro
	Cidade Universitária	Rua Lindolfo Collor, s/n, Cidade Universitária
	Conselheiro Aguiar	Rua Setúbal, 50, Boa Viagem
	Derby	Avenida Professor Agamenon Magalhães, 4535, Paissandu
	Encruzilhada	Rua Castro Alves, 62/72, Encruzilhada
	Imbiribeira	Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, 57, Imbiribeira
	Rua da Hora	Rua da Hora, 383, Espinheiro
	Shopping Center Recife	Rua Pe. Carapuzeiro, 777, PC 115/116, Boa Viagem
Teatro Marrocos	Praça da República, 233, Santo Antonio	
13 de Maio	Rua do Hospício, 923, loja 2, Boa Vista	
Afogados da Ingazeira	Afogados da Ingazeira	Avenida Manoel Borba, 145, Centro
Araripina	Araripina	Rua Alexandre A. Irmão, 8, Centro
Arcoverde	Arcoverde	Avenida Cel. Antonio Japiassu, 730, Centro
Cabo de Santo Agostinho	Cabo	Avenida Presidente Vargas, 508, Centro
Carpina	Carpina	Avenida Murilo Silva, 102, Centro
Caruaru	Caruaru	Rua Capitão João Velho, 109, Centro
Escada	Escada	Rua Comendador José Pereira, 316, Bela Vista
Garanhuns	Garanhuns	Avenida Santo Antonio, 454, Centro
Goiana	Goiana	Praça João Pessoa, 126, Centro
Jaboatão dos Guararapes	Jaboatão	Praça Nossa Senhora do Rosário, 520, Centro
Limoeiro	Limoeiro	Avenida Santo Antonio, 179, Centro
Olinda	Marcos Freire	Avenida Getúlio Vargas, 1530, Bairro Novo
Ouricuri	Ouricuri	Rua Coronel Anísio Coelho, 215, Centro
Palmares	Palmares	Rua da Conceição, 1320, Centro
Petrolina	Petrolina	Rua Coronel João Clementino, 73, Centro
Salgueiro	Salgueiro	Avenida Agamenon Magalhães, 576, Centro
Serra Talhada	Serra Talhada	Praça Sérgio Magalhães, 734, Centro
Vitória de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	Avenida Mariana Amália, 345, Centro

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE INSCRIÇÃO POR VIA POSTAL

NOME DO CANDIDATO	SEXO
	() Masculino () Feminino

DOCUMENTO DE IDENTIDADE			DATA DE NASCIMENTO	CPF
TIPO	NÚMERO	UF		
() Civil () Militar				

ENDEREÇO		
RUA, AVENIDA, PRAÇA, NÚMERO, APARTAMENTO, ETC.		
BAIRRO	CIDADE	UF
CEP	DDD	TELEFONE

CARGO

CIDADE-PÓLO DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS OBJETIVAS (ver item 5 deste edital)

PORTADOR DE DEFICIÊNCIA
Deseja concorrer como candidato portador de deficiência? () Sim
Que tipo de deficiência?

Especifique claramente os recursos especiais necessários (materiais, equipamentos etc.).

Solicito ao CESPE minha inscrição no concurso público destinado ao provimento de cargos do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, de acordo com os dados acima informados.

Declaro conhecer os requisitos exigidos para a inscrição, para a nomeação e para a posse, bem como concordar, plenamente, com todos os termos do Edital n.º 1/2001 – TJPE, de 27 de abril de 2001, que regulamenta o concurso público.

_____, _____, de _____ de 2001.

Assinatura

ANEXO III

Modelo de formulário para a interposição de recurso contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, DE
NÍVEL MÉDIO, DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO E DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Código para uso do CESPE

CAPA DE RECURSO

SOLICITAÇÃO

À Comissão Organizadora.

Como candidato ao cargo de _____, solicito revisão:

[] dos gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas, questão(ões) _____

conforme especificações inclusas.

_____, _____ de _____ de 2001.

Assinatura do Candidato

Nome: _____

Número de inscrição: _____

INSTRUÇÕES

O candidato deverá:

- Entregar três conjuntos idênticos de recursos (original e duas cópias), sendo que cada conjunto deverá ter todos os recursos e apenas uma capa.
- Datilografar ou digitar o recurso e entregá-lo em três vias idênticas (original e duas cópias), de acordo com as especificações estabelecidas neste edital.
- Usar formulário de recurso individual para cada questão e apenas uma capa.
- Identificar-se apenas nesta capa.
- Apresentar argumentação lógica e consistente.

Atenção! O desrespeito a qualquer uma das instruções acima resultará no indeferimento do recurso.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, DE
NÍVEL MÉDIO, DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO E DE NÍVEL FUNDAMENTAL

Código para uso do CESPE

FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO

[]	CONTRA OS GABARITOS OFICIAIS PRELIMINARES DAS PROVAS OBJETIVAS	Número da questão: _____ Gabarito do CESPE: _____ Resposta do candidato: _____
-----	--	--

JUSTIFICATIVA DO CANDIDATO

(Se necessário, use o verso.)